

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA
FRIBURGO E A
EMPRESA.....**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOENF* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designada CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos* tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 30.999/2023** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90.016/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO, sob demanda, de ÁGUA MINERAL com bebedouros em regime de comodato**, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL
1						
...						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes.

3.1.2 Estimativa de consumo de locais de entrega:

3.1.2.1 As Unidades da Rede Municipal de Saúde que serão contempladas por tal aquisição serão arroladas na tabela abaixo:

CAPS	CEREST	VIGILÂNCIA	VIG. – FISC SANITÁRIA	HMNF	MELHOR EM CASA	HMRS	ESF	FMS	BÁSICA	TOTAL
1.159	48	120	120	3.900	72	16.128	1.375	1.000	2.094	26.016

3.1.3 - Os locais de entrega estão dispostos na tabela abaixo:

UNIDADES REQUISITANTES	QUANTIDADE DE BEBEDOUROS	ENDEREÇO
------------------------	-----------------------------	----------

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	05	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL RAUL SERTÃ	60	R. General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO	13	Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 - Centro, Nova Friburgo/RJ.
MELHOR EM CASA	01	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CEREST	02	Rua Souza Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
VIGILÂNCIA	02	Rua Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
DIV. DE VIG. FISC. SANITÁRIA	02	Av. Euterpe Friburguense, 93, Centro, Nova Friburgo/RJ.
ATENÇÃO B.	01	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ
ESF	02	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
UBS CORDOEIRA	03	R. Darcília dos Santos, s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
UBS SÃO GERALDO	03	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
TUNNEY KASSUGA	05	R. Vicente Sobrinho, s/n, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
POSTO DE SAÚDE WALDIR COSTA	05	R. Pedro Knust, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.
POLICLÍNICA SYLVIO HENRQUE BRAUNE	06	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

ESF AMPARO	02	R. Rivail Gripp, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ.
ESF CAMPO DO COELHO	02	Rua Jones Mendes Muniz, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.
ESF CENTENÁRIO	02	Rua João Cabral Sobrinho, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF CONQUISTA	02	Estrada albino de Sá Martins, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF CORDOEIRA (ANEXO)	02	R. Darcília dos Santos s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
ESF LUMIAR (SAMU)	02	R. Guilherme Eugênio Spitz, s/n, Lumiar, Nova Friburgo/RJ.
ESF MURY	02	Av. Hamburgo (em frente ao n.º 1003), Mury, Nova Friburgo/RJ.
ESF NOVA SUIÇA	02	Rua Moises Moraes Filho, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA I	02	Rua Xingu, 02, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA II	02	Rua Espírito Santo, 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA III	02	R. Augusto Nicolau Rodrigues, 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF RIO BONITO	02	Rio Bonito de Lumiar – 5º Distrito
ESF RIOGRANDINA	02	Praça N. Srª. do Rosário, s/n, Riograndina, Nova Friburgo/RJ.
ESF SÃO LOURENÇO	02	Estrada São Lourenço, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF SÃO PEDRO DA SERRA	02	R. Rodrigues Alves, s/n, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ.
ESF STUCKY	02	Estrada do Stucky, s/n, Stucky, Nova Friburgo/RJ.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

ESF VARGEM ALTA	02	Estrada João Heringer, s/n, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ.
ESF VARGINHA	02	Rua Francisco Lopes, 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ.
São Geraldo (Anexo)	02	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
SUB POSTO DE SALINAS	02	Estrada de Salinas-Sítio Quatro irmãos-Centenário.
SUB POSTO DE BOA ESPERANÇA	02	Estrada Boa Esperança – Lumiar.
CAPS III	03	Rua Padre Roberto Sabóia de Medeiros, 24B – Centro – Nova Friburgo/RJ.
CAPS AD	04	Av. Comte Bittencourt nº142, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CAPS i	02	Av. Julio Antônio Thurler nº431, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 01	1	Rua São Roque, nº240 – Olaria – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 02	1	Rua Sinder, nº75 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 03	1	Rua Lair Rocha Turque, nº71 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 04	1	Rua Hormindo da Silva, nº202 – Lagoinha – Nova Friburgo/RJ.
TOTAL:	165	

- Horários: Segunda a Sexta, das 09h:00 às 16h:00, respeitando o horário de almoço entre 12h:00 às 13h:00;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

3.1.3.1 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.1.4 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.1.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.6 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.1.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.1.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.2 - GESTÃO DO CONTRATO

3.2.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

NOME	MATRÍCULA	GESTOR
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Titular
Gilmara Guimarães de Souza	063.343	Gestora Substituta
UNIDADE	AGENTE PÚBLICO	
ATENÇÃO BÁSICA	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Patrícia Soares Carvalho – 299.080 - Fiscal Titular	
	Roberta da Conceição dos Santos – 117.089 – Fiscal Substituto	
ESTRATÉGIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Karla Herdy Almeida – 299.089 – Fiscal Titular	

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	Mariza Dias Siqueira – 299.362 – Fiscal Substituto
HMRS	Antônio Carlos Sant’Ana – 207.630 – Superior Imediato
	Leopoldina Fátima A. Reis – 201.836 – Fiscal Titular
	Eliana da Silva Gomes Curty – 062.435 – Fiscal Substituto
MELHOR EM CASA	Lucimar Figueira Ribeiro – 207.764 – Superior Imediato
	Pâmella Freiman de Almeida – 113.014 – Fiscal Titular
	Ana Carolina Folly Pinheiro – 115.226 – Fiscal Substituto
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	Fernanda Neves da Veiga Pacheco – 062.810 – Superior Imediato
	Marlene Claudio de Oliveira – 034.967 – Fiscal Titular
	Jaqueline Pinto Correa – 177.124 – Fiscal Substituto
HMNF	Adriane de Jesus Schenquel – 299.287 – Superior Imediato
	Marcos Alexandre da Silva Cruz – 115.027 – Fiscal Titular
	Alessandro Trigo de Aquino – 2115050 – Fiscal Substituto
SUB. VIG. EM SAÚDE	Alícia Siqueira Emerich – 063.219 – Superior Imediato
	Bruna dos Reis Ribeiro – 063.220 – Fiscal Titular
	Maria Aparecida Paulina da Silva – 299.088 – Fiscal Substituto
VIG. EM SAÚDE (DIVISÃO DE VIG. E FISC. SANITÁRIA)	Humberto Rodrigues Delegave Moura – 207.854 – Superior Imediato
	Ernani Monteiro Vianna da Silva – 299.083 – Fiscal Titular
	Pierre Gripp Barra – 299.503 – Fiscal Substituto
CEREST	Carolina Gonçalves Camilo da Silva – 111.235 – Superior Imediato
	André Luiz Faria Vieira – 207.016 – Fiscal Titular

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	Luiz Carlos Frez Pinheiro – 207.604 - Fiscal Substituto
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL	Sândia Mello Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Ana Cristina Faria de Jesus – 062.812 – Fiscal Titular
	Flavia Pinheiro Teixeira – 111.375 – Fiscal Substituto
CAPS I	Juliana Rezende da Costa – 063.311 – Superior Imediato
	Carolina Gianfaldoni Viana – 115.186 – Fiscal Titular
	Luma Pacheco Guimarães – 111.784 – Fiscal Substituto
CAPS III	Sandia M. Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Luciana Rodrigues de O. Ângelo – 062.194 – Fiscal Titular
	Andrick de Azevedo Risso – 062.665 – Fiscal Substituto
CAPS AD	Cláudia Pietrobon de A. Mafra – 299.138 – Superior Imediato
	Erick Daudt – 115.142 – Fiscal Titular
	Barbara Salotto Marchetti – 115.218 – Fiscal Substituto
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	Camila da Motta Moreira Estanislau – 195.078 - Superior Imediato
	Fátima da Conceição Coimbra Lopes – 195.038 - Fiscal Titular
	Priscila Ferreira Gama de Moraes – 117.228 - Fiscal Substituto

3.2.2 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

3.2.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

3.2.4 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

3.2.5 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

3.2.6 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

3.2.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

3.2.8 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

3.2.9 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

3.2.10 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

3.2.11 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

6.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2. 493/23 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

6.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

6.1.3 FGTS;

6.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

6.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

6.1.6 Estadual CND – Referente ao ICMS;

6.2 A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

6.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

6.4 Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

6.7 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

6.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.14 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.15 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

7.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.8 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.10 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.11 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.12 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.14 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Além daquelas dispostas no termo de Referência, anexo a este Contrato, são obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 Além daquelas dispostas no termo de Referência, anexo a este Contrato, são obrigações do Contratado:
- 9.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.2.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
 - 9.2.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação
 - 9.2.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.2.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.2.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.3** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.4 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.5 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.6 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.7 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

10 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.2 Comete infração administrativa:

11.2.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.2.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.4 Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

11.4.1 Advertência;

11.4.2 Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.4.3 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

11.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21.

11.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

12.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

13.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

GESTÃO/UNIDADE:	PROGRAMA DE TRABALHO:	FONTE DE RECURSOS:	ELEMENTO DE DESPESA
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA	30001.103010083.2.193	1600	33.90.30.15
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	30001.10.301.00832.2.194		
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ	30001.1030200852.202		
PROGRAMA MELHOR EM CASA	30001.10.302.0083.2.199		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	30001.1012200812.190		
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO	30001.1030200852.203		
SUB. VIG. EM SAÚDE	30001.10.305.00862.208		
VIG. EM SAÚDE (DIVISÃO DE VIG. E FISC. SANITÁRIA)	30001.10.302.00862.212		
CEREST	30001.10.302.00862.212		
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL	30001.10.302.0083.2.		

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

CAPS i	198		
CAPS III			
CAPS AD			
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS			

13.2 Plano Interno: As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

13.3 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência

13.4 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

13.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13.6 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

17.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2024.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-